



Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
A questão social na formação em Serviço Social: alguns desafios

Resumo: Este artigo investiga a centralidade da questão social na formação em Serviço Social, partindo da implementação dos currículos nas unidades de ensino a partir das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação de 1996. A análise revela a contínua disputa em torno do projeto ético-político da profissão e as dificuldades para a implementação dos currículos, alicerçados pela teoria social crítica, principalmente, no que diz respeito à centralidade da questão social. Como resultado, destacam-se elementos que evidenciam os desafios postos à materialização da formação profissional crítica e que se expressam na falta de aprofundamento teórico-crítico da questão social e na discrepância entre a transversalidade e a centralidade do tema no processo formativo.

Palavras-chave: Questão Social; Diretrizes Curriculares; Serviço Social.

Challenges to consolidating the social issue in Social Work formation

Abstract: This article investigates the centrality of the social issue in training in Social Work, starting from the implementation of curricula in teaching units based on the 1996 Curricular Guidelines for undergraduate courses. The analysis reveals the ongoing dispute surrounding the ethical-political project of profession and the difficulties in implementing curricula, based on critical social theory, mainly with regard to the centrality of the social issue. As a result, elements stand out that highlight the challenges posed to the materialization of critical professional training and are expressed in the lack of theoretical-critical deepening of the social issue and in the discrepancy between the transversality and the centrality of the topic in the training process.

Keywords: Social Issue; Curriculum Guidelines; Social Work.

1. Introdução

A questão social, tem sido compreendida no Serviço Social como produto da relação contraditória inerente ao modo de produção capitalista. Por um lado, essa relação se estabelece pela exploração à classe trabalhadora e, por outro, pelas lutas e resistências travadas por ela ante às expressões das mais diversas desigualdades, as quais são “mediadas por disparidades nas relações de gênero[/sexo], características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais” (Iamamoto, 2018, p.72).

Essa compreensão, encontra sustentação na teoria social crítica, aproximada pelo Serviço Social ainda na década de 1970 durante o Movimento de Renovação da profissão no Brasil e amadurecida na década seguinte. Entretanto, conforme demonstra a análise de Netto (2015), esse Movimento, compondo um contexto amplo de lutas, não foi isento

de disputas políticas e teóricas no âmbito da profissão, especialmente porque concomitante à vertente crítica que dele emerge, também se mantiveram presentes expressões do conservadorismo fundante do Serviço Social.

Tal disputa, evidentemente, fez-se presente em 1979 no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que estava sendo organizado por setores conservadores da categoria vinculados à autocracia burguesa e suas representações. No entanto, após ampla mobilização e participação democrática em assembleias, conduzidas pelos setores progressistas da categoria, envolvendo profissionais e estudantes antes e durante o III CBAS, este foi redirecionado, passando a homenagear representações dos movimentos dos trabalhadores(as) que estavam em ascensão num contexto de lutas pela redemocratização brasileira e pelos direitos da classe trabalhadora.

Neste Congresso, comumente conhecido como “Congresso da Virada”, a categoria assumiu publicamente o compromisso com a classe trabalhadora sob vinculação com a vertente crítica emergente do Movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil (Abramides; Cabral, 2019). Vale lembrarmos que essa vertente foi denominada por Netto (2015) como “intenção de ruptura” com o conservadorismo, partindo da compreensão de que este rompimento “não se reduz a um movimento ‘interno’ da profissão, uma vez que faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade” (Iamamoto, 2013, p.42) na qual o Serviço Social se inscreve (Iamamoto, 2005).

Assim sendo, e buscando avançar nesse processo de “intenção de ruptura”, os anos que sucederam o “Congresso da Virada” foram fecundos, não somente na sociedade brasileira, com a abertura democrática e avanços significativos no âmbito da conquista de direitos sociais e políticos, mas também, ao Serviço Social, que passa, a partir dali, a construir o atual projeto ético-político profissional (Netto, 2009). Neste projeto, destacamos especialmente as mudanças: na direção das suas entidades representativas; na produção do conhecimento da área e na dimensão jurídico-política profissional ancoradas na teoria social crítica.

Neste sentido, e conforme Netto (2015), logramos avanços na produção do conhecimento inaugurados com a produção de Yamamoto, considerada a primeira aproximação bem-sucedida com a produção marxiana. Desses avanços, destacamos a

concepção da questão social em suas expressões como objeto de trabalho de assistentes sociais, assim como elemento fundante da profissão (Iamamoto, 2005) que, articulada à dimensão jurídico-política da profissão, toma centralidade no âmbito da formação e do exercício profissional, seja no Código de Ética e na Lei de Regulamentação de 1993, seja nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social de 1996.

Entretanto, e considerando o exposto, esse processo, ao mesmo tempo que se constroi coletiva e democraticamente, não garante que esse projeto seja homogêneo na profissão, uma vez que o conservadorismo se reatualiza sob novas roupagens em diferentes conjunturas. Nessa perspectiva, e buscando contribuir com o fortalecimento do projeto ético-político profissional, intentamos refletir neste artigo sobre a centralidade da questão social nas Diretrizes Curriculares de 1996 e sobre os desafios para a sua consolidação na formação crítica em Serviço Social. Para tanto, partimos do método materialista histórico-dialético e nos utilizamos de pesquisa documental e bibliográfica.

Destarte, o artigo está dividido em três seções. Na primeira, apresentamos algumas considerações acerca do processo de construção das Diretrizes Curriculares de 1996 e sobre a centralidade que a questão social assume para a formação em Serviço Social. Na segunda seção, indicamos alguns dados para a análise de desafios e avanços para a sua consolidação no decorrer dos anos 2000. Já na última seção busca-se pensar os desafios para a consolidação das diretrizes partindo da singularidade concreta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2. A centralidade da Questão Social nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social: breves considerações

Conforme já referimos, a construção das Diretrizes Curriculares de 1996 consideradas um dos componentes do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social, foram construídas em um processo coletivo e democrático. Vale retomarmos que as mudanças no âmbito da formação profissional vinham sendo debatidas desde o início da década de 1970, especialmente em 1973 quando ocorre a XVIII Convenção da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), em que são divulgadas experiências que vinham sendo implementadas nas Unidades de Ensino (Bravo; Raizer;

Lemos; Elpídio, 2019), com destaque àquela que marca a emersão da vertente de intenção de ruptura (Netto, 2015).

Entretanto, é só em 1979 que o então Currículo Mínimo de 1982 é aprovado, antes mesmo do “Congresso da Virada” expressando as disputas engendradas no âmbito da profissão, e, portanto, diferentes tendências do meio profissional. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a proposta acolhia contribuições do Movimento de Reconceituação, mantinha tendências advindas do legado histórico e sócio-crítico da profissão, conservando resquícios do Serviço Social Tradicional. Em síntese, apesar de esse currículo representar uma profunda revisão curricular no âmbito do Serviço Social, se fez nos limites daquele momento histórico.

Diante das lutas em que parcela crítica da categoria se envolveu na década de 1980, tanto no âmbito da categoria, quanto na sociedade brasileira, retomou-se o processo de discussão e construção de um novo currículo para a formação em Serviço Social a partir dos anos 1990. Essa discussão, fomentada¹ pelo movimento estudantil junto à então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social² (ABESS), deu início ao processo de revisão do currículo, perdurando por duas gestões da entidade, 1994/95 e 1996/97 envolvendo um amplo e sistemático debate junto às Unidades de Ensino desde 1994, totalizando aproximadamente 200 oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e duas nacionais (ABESS, 1996).

É importante reafirmar que esse processo coletivo e democrático não se fez isento de divergências e disputas. Dentre elas, Iamamoto (2005) relembra as polêmicas levantadas em torno da seguinte questão que orientou o processo de revisão curricular: “Qual é a base que funda a constituição do Serviço Social na sociedade que, por isso, deve dispor de uma centralidade na formação profissional?” (Iamamoto, 2005, p. 57). Segundo registros históricos, um grupo defendia que a base de fundação da profissão era a política social e, outro, que era a questão social.

¹ Vale mencionar que os fundamentos dessa revisão já se encontravam na revisão dos Código de Ética e da Lei de Regulamentação de 1993.

² Vale lembrarmos que em 1979, além da construção do currículo mínimo já mencionado, a então na Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) é redirecionada para Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS).

A raiz dessa polêmica se encontra no afastamento teórico-reflexivo da categoria da dinâmica da produção e reprodução do capital, privilegiando o Estado e as políticas sociais a partir da década de 1980 (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 151). No entanto, esse afastamento é tomado como ponto necessário para os avanços necessários à consolidação da perspectiva crítica que passa a direcionar ética e politicamente a categoria.

Assim sendo, e, a partir de um enfrentamento denso e consistente ancorado na teoria social crítica, defendeu-se a tese de que “as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas- em geral setorializados e fragmentados- às expressões multifacetadas e complexas da questão social” (Cardoso; Granermann, Behring; Almeida, 1997, p.22).

Nessa mesma perspectiva, mesmo considerando que a política social seja um eixo importantíssimo e uma mediação essencial do trabalho profissional em Serviço Social, encontra-se distante de se configurar como elemento que demanda esse trabalho na realidade social. Pelo contrário, a profissionalização e a especialização do Serviço Social está intrinsecamente vinculada à emersão da questão social no contexto brasileiro. (Cardoso; Granermann, Behring; Almeida, 1997)

Diante disso, “*a questão social, objeto de um tratamento teórico, histórico e metodológico rigoroso, é o eixo fundamental do curso de Serviço Social*” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 159-160, grifo nosso), tornando-se, portanto, o eixo ordenador do currículo (Cardoso; Granermann, Behring; Almeida, 1997), cujo reconhecimento e centralidade é referendado na proposta final das Diretrizes Curriculares apreciada e aprovada em 1996.

Nesse escopo, as DC se constituem por elementos centrais e estruturadores: 1) a centralidade da questão social; 2) a centralidade da categoria trabalho e 3) abordagem histórico-crítica marxista da realidade social, dada a indissociabilidade entre história teoria e método (Closs; Reidel; Corrêa, 2021). Estes elementos se traduzem nos Núcleos de Fundamentação: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho social; os quais “remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABESS, 1996, p.9).

Essa centralidade, além de se desdobrar na compreensão da gênese da profissão, ainda permite compreender suas transformações históricas, sua natureza e sua inscrição particular na sociedade capitalista e na divisão social e técnica do trabalho (Closs; Reidel; Corrêa, 2021), fornecendo bases para a interpretação crítica do espaço sócio-ocupacional da profissão, uma vez que “o processo de trabalho do Serviço Social³ é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas sociais e lutas sociais”. (ABEPSS, 1996, p. 5)

Mesmo com isso, ainda registram-se inúmeras dúvidas em torno do próprio conceito da questão social, emanadas “[...] do seu histórico conservador, do caráter difuso que assume na produção da área e da incapacidade de designar, de maneira mais precisa, a realidade que busca sintetizar enquanto um conceito teórico” (Souza; Teles, 2021, p. 45). O indevido aprofundamento pode ocasionar o desconhecimento do próprio objeto profissional e como ele se materializa na realidade social. Isso resulta em desafios na formação e atuação profissional, pois “o desconhecimento da matéria-prima de seu trabalho contribui para que o profissional deixe de ser sujeito de suas ações e consciente dos efeitos que elas possam provocar nos processos sociais e das múltiplas expressões da questão social” (Iamamoto, 2005, p. 101).

Diante disso, considerando a imprescindibilidade de avançar nas análises que pretendem contribuir na consolidação do Projeto de formação profissional inscrito nas DC de 1996, o próximo item busca sintetizar análises recentes produzidas sobre a implantação das diretrizes curriculares.

3. A incorporação da questão social na formação em Serviço Social: elementos para a reflexão

A partir do que é preconizado sobre a questão social nas DC, cabe indagarmos como isso vem sendo materializado na formação profissional. Para tanto, partiremos de dados que já foram levantados em outras produções e problematizá-los, buscando

³ Yamamoto (2005), aborda sobre a inserção de assistentes em processos de trabalho, ou seja, não se constitui como um único processo de trabalho como consta nas Diretrizes Curriculares. Assim, segundo a autora: “Importa ressaltar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo” (p. 63).

synthesize elements that can corroborate with the consolidation of the Ethical-Political Project of Social Service.

After 10 years of implementation of the DC, in 2006, the ABEPSS promoted a broad research along with the graduation courses to evaluate the process of curricular changes. This research was carried out through consultations that respected the way the Directives were being worked in the Social Service courses.

Regarding the social question, the objective of the present reflection, it is highlighted by the production of professor Maria Augusta Tavares (2007) that, in the research process, questionnaires were sent to the teaching units in Social Service, which totaled 103 responses. In these responses, 216 disciplines were located in which the study of the professional object is passed in the teaching units in the regions of Brazil. For the present article, we will make a selection that respects the disciplines that have in their title the social question or then "social questions"⁴. These data are in Table 1:

Tabela 1 - Disposição das disciplinas que possuem o descritor questão social em seu título; quantidade de unidades de ensino que possuem a disciplina na região Sul I e total da disciplina nas unidades de ensino nas regiões do país

Disciplinas	Disciplinas nas unidades de ensino da região Sul I	Total da disciplina nas unidades de ensino
Acumulação capitalista e questão social	X	02
Capitalismo e questão social	02	05
Desenvolvimento capitalista e questão social I e II	02	09
Dinâmica capitalista e questão social	X	01
Expressões da questão social I a III	X	01
Oficina de "questões sociais" e Serviço Social	X	01
Questão social	X	02
Questão social e campos do Serviço Social	01	01
Questão social e desenvolvimento político e econômico	01	01
Questão social, Estado e cidadania	X	01
Questão social e poder local	X	01
Questão social e prática profissional	01	01
Questão social na sociedade contemporânea	01	01

⁴ O uso da expressão "questões sociais" denota a compreensão equivocada do termo, pois, vinculada à tradição marxista e referendada na produção teórica da profissão, a questão social é uma só, pois diz respeito à contradição fundamental posta entre o capital e trabalho.

Questão social no Brasil I e II	X	04
“Questões sociais”	X	01
“Questões sociais” e regionais	X	01
Questão social e serviço social	01	04
Serviço social e questão social	X	01
Serviço social e “questões sociais” regionais	01	01
Tópico especial em questão social	X	01
Trabalho e questão social	X	05
TOTAL	9	45
21 disciplinas		

Fonte: sistematizado pelas autoras a partir de Tavares (2007).

Como observamos na Tabela 1, das 216 disciplinas em que o estudo da questão social é indicado, apenas 21 possuem o descritor ‘questão social’ ou então ‘questões sociais’. Excluindo as que possuem no descritor ‘questões sociais’, o total de disciplinas cai para 17. Ou seja, das 216 disciplinas, apenas 7,87% possuem em seu título o descritor ‘questão social’.

Diante disso, Tavares (2007) problematiza acerca das diferentes denominações para o mesmo objeto, o que pode denotar a não compreensão do objeto profissional, como já referendado na seção anterior sobre as dúvidas que se evidenciam sobre o objeto profissional a partir das compreensões de Souza e Teles (2021).

Nesse sentido, a pesquisa realizada em 2007 sobre a implementação das DC, parece indicar a necessidade de avanço da centralidade da questão social nos currículos, o que perpassa, conforme as autoras supracitadas, uma dificuldade entre os(as) profissionais e pesquisadores(as) da área, além de disputas e motivações políticas, expressando-se, portanto, na formação profissional.

Entretanto, para além das diferentes denominações acerca do objeto de trabalho profissional, cabe aqui a ponderação de que a garantia do termo ‘questão social’ no título das disciplinas pode não traduzir o seu conteúdo em convergência com a perspectiva teórico-crítica que fundamenta as DC, garantindo a apreensão da realidade social a partir das suas mediações, numa perspectiva de totalidade.

Entretanto, a simples existência de uma disciplina intitulada como questão social, além de não garantir que o seu significado seja apropriado pelos(as) discentes, se não estiver articulada dialeticamente com as demais disciplinas que compõem o currículo formativo, torna o processo de apreensão ainda mais dificultoso.

Dito isso, cabe a indagação sobre como os cursos vêm construindo estratégias para alinhar a questão social como elemento que dá concretude à profissão, sendo expressa nas diferentes disciplinas que tratam das múltiplas

[...] determinações econômicas, políticas, sociais, culturais, territoriais, raciais, sexuais e regionais a partir da lei geral de acumulação capitalista, das lutas sociais da classe trabalhadora e das respostas e intervenções do Estado por meio da formulação e da implementação de políticas públicas e sociais (Ghiraldelli, p. 29, 2024).

Vinculada a essa indagação, cabe ainda refletir sobre a transversalidade e as dificuldades que perfazem a sua garantia nos currículos, diante da emergência de superação da fragmentação dos conteúdos e dos componentes curriculares. Em rápida consideração sobre as condições de trabalho das Universidades, são notórios os diversos elementos de precarização que atravessam o trabalho docente e incidem diretamente sobre a articulação entre as disciplinas, e, por sua vez, entre os conteúdos ensinados.

Ademais, há ainda de reconhecer as disputas teórico-metodológicas e ético-políticas que coexistem no seio dos Cursos e repercutem na condução teórico-pedagógica dos(as) professores(as) que ministram as disciplinas. Com isso, problematizamos sobre como tem ocorrido a transversalidade do ensino da questão social levando em conta o próprio caráter difuso do conceito e as divergências em relação à hegemonia da teoria social crítica como fundamento da profissão.

Retomando os objetivos delineados para esse artigo, a seguir serão particularizados alguns elementos que tratam sobre os cursos da regional sul I⁵ do país composta pelos seguintes estados: Rio Grande do Sul (RS); Santa Catarina (SC); e, Paraná (PR). Sendo assim, observa-se que na referida região, das 21 disciplinas que possuem o descritor questão social ou “questões sociais”, a incidência destas é em 9 unidades de ensino. A partir disso, compreendemos a relevância de nos debruçarmos sobre dados desta região em específica, visto que partimos desta realidade de pesquisa.

Apontamentos de Batista (2004, p. 105) sobre as oficinas da ABEPSS realizadas na região Sul I em 2004, indicavam um crescimento de cursos de Serviço Social na região que: “até o ano de 1999, incorporava 15 cursos de Serviço Social. De 2000 a 2004 estão registrados 42 cursos no MEC-INEP, o que traz problemas de diferentes ordens”. Uma

⁵ Referência à divisão por regionais realizada pela ABEPSS, que atualmente é dividida em 6 regionais.

das questões apontadas no estudo é o acompanhamento dos cursos com relação à implementação das Diretrizes Curriculares, pois, segundo o autor, no período avaliado “as UE da Região Sul I encontram-se em diferentes situações quanto à implantação e implementação das diretrizes” (2004, p. 106).

O contexto do estudo de Batista (2004) refere-se ao período anterior à expansão das Universidades públicas via Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como à ampliação substancial da educação à distância. Os desafios identificados naquele momento foram agravados, principalmente considerando o aprofundamento da financeirização e seus desdobramentos na concentração e centralização do capital; a ofensiva liberal frente as parcas conquistas da classe trabalhadora por meio das contrarreformas; a agudização da precarização das condições de trabalho e as mudanças substanciais no ensino superior brasileiro que seguem a linha da privatização e expansão do ensino à distância.

Esse cenário acaba reconfigurando a formação em Serviço Social, seja na graduação ou na pós-graduação. Segundo dados do E-MEC, atualmente há 183 cursos de Serviço Social ativos na Região Sul I, o que configura um dado que aporta novas preocupações à formação, ainda mais que desse total, 149 são cursos à distância⁶. Sabendo do limite deste trabalho, este é um dado que devemos aprofundar em outras produções, visto a necessidade e urgência de compreender como e se os cursos à distância vêm incorporando as Diretrizes Curriculares. Buscando aproximar essa análise da realidade mais concreta, o próximo item toma o currículo do curso de Serviço Social da UFSC como experiência particular da implantação das DC.

3.1 A materialidade das diretrizes curriculares na formação em Serviço Social: aproximações com a particularidade do curso de Serviço Social da UFSC

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina completou 66 anos em 2024 e, atualmente, é o único curso presencial e público do Estado, com a

⁶ Com relação ao número de cursos a distância na região Sul I é importante salientar que há instituições que possuem polos nos diferentes estados, dessa forma, se agrupado, o número seria menor de cursos à distância, neste trabalho os números aparecerão sem agrupamento.

oferta de dois turnos que totalizam 603 (seiscentos e três) estudantes regularmente matriculados.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) vigente expressa a direção ético-política e pedagógica adotada pelo curso, registrando como compromisso:

assegurar uma sólida e crítica formação teórico-metodológica aos estudantes de Serviço Social para intervenção nas múltiplas expressões da questão social, sempre reatualizadas em novos desafios, processos, demandas e necessidades sociais. Visa ainda à preparação profissional na criação, na operacionalização das políticas sociais e na defesa dos direitos humanos civis, sociais, políticos e ambientais, na perspectiva do aprofundamento da democracia e da cidadania no País. (Universidade Federal de Santa Catarina, Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, p. 10, 2013).

Resultado de uma extensa e profunda revisão curricular que perdurou seis anos, o texto que constitui o PPC revela a consideração dos acúmulos obtidos pela categoria a partir da implantação das Diretrizes Curriculares elaboradas sob a direção da ABESS, bem como as legislações pertinentes que regulamentam o ensino superior.

Sobre os pressupostos da formação e perfil profissional o PPC evidencia a relação estabelecida com as Diretrizes Curriculares.

As diretrizes e pressupostos curriculares vigentes foram estabelecidos a partir de duas considerações básicas: I) a dimensão interventiva da profissão, nas suas inter-relações nos processos de exclusão cultural, social, política, econômica e ambiental; II) e as manifestações da questão social, no âmbito das transformações advindas pelo reordenamento do capital e do trabalho, consequência do processo de reestruturação produtiva e das amplas inovações informacionais e tecnológicas na sociedade contemporânea. (Universidade Federal de Santa Catarina, Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, p. 36, 2013).

Ainda em sintonia com as DC, o currículo trata do perfil pretendido para os egressos e explicita a formação voltada para viabilizar a

[...] apreensão das expressões da questão social e das demandas consolidadas e das emergentes que são apresentadas ao Serviço Social pela dinâmica social, visando formular respostas profissionais eficazes, eficientes e efetivas (Universidade Federal de Santa Catarina, Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, p. 38, 2013).

Como desdobramento dos pressupostos balizadores do PPC, o desenho curricular expressa a síntese dos debates e avanços construídos de forma coletiva pelos sujeitos que fizeram parte do processo da revisão, considerando ainda os núcleos de fundamentação sistematizados nas DC e as diretrizes para o reconhecimento dos cursos de graduação em Serviço Social aprovadas pelo Ministério da Educação em 2002. Aqui

cabe observar as contradições existentes entre ambas as diretrizes, principalmente quando consideradas as mudanças e reducionismos contidos no documento do MEC. Todavia, há de ser compreendida a necessidade de observância legal do curso em relação ao reconhecimento aferido pelo órgão regulador e legislações atinentes.

A matriz curricular do Curso é composta por uma diversidade de componentes, sendo eles: disciplinas obrigatórias do Departamento de Serviço Social e dos Departamentos de Sociologia e Ciência Política, Antropologia, História, Psicologia e Filosofia; oficinas pedagógicas; estágio supervisionado obrigatório; trabalho de conclusão de curso; atividades complementares e; disciplinas optativas. (Universidade Federal de Santa Catarina, Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, 2013). Ao todo, totalizam 40 disciplinas.

Dentre as disciplinas ofertadas pelo Departamento de Serviço Social, observam-se 24 disciplinas obrigatórias, sendo que nenhuma delas tem em seu título o descritor “questão social”. Essa constatação denota a opção do curso em transversalizar o ensino do objeto da profissão, visto o enunciado da vinculação da formação às DC aprovadas pela ABEPSS e, portanto, das disciplinas e seus conteúdos alinhados à teoria social crítica.

Em análise aos ementários, observa-se que das 24 disciplinas obrigatórias, apenas 2 disciplinas possuem o descritor “questão social”, sendo elas: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I e; Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social III. Em seguimento à análise dos ementários, depreende-se ainda 12 disciplinas que tratam de temas que perfazem o conceito de questão social, apesar de não realizar uma indicação direta, sendo elas: Classes sociais e movimentos sociais; Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social II; Método crítico-dialético; Política social; Serviço social, direito e cidadania; Serviço Social e realidade social I; Serviço Social e realidade social II; Serviço Social e assistência social; Serviço Social e previdência social; Serviço Social e saúde; Serviço Social e economia política e; Serviço Social e desafios profissionais contemporâneos.

Essa apreensão não pretende afirmar que as demais disciplinas não estejam vinculadas à dimensão da transversalidade no trato à questão social. No entanto, pondera-se que os temas diversos permitem a produção de análises plurais nas disciplinas, não, necessariamente, tomando a questão social como fundamento dos seus conteúdos e

aprendizagens produzidas. Além disso, interessa indagar sobre quais são as estratégias para dar conta das dificuldades já apontadas por Amaral (2007) que dizem respeito ao domínio dos conteúdos das disciplinas pelos(as) professores(as); a compreensão da lógica curricular como pressuposto para a formação consistente e coerente com o PPC; sobreposição de conteúdos e referências teóricas; articulação das disciplinas obrigatórias com os demais componentes curriculares; condições de trabalho docente precárias e infraestrutura da Universidade insuficiente; precariedades sociais que se manifestam em condições insuficientes para garantia da permanência estudantil; difusão de perspectivas teóricas divergentes daquela contida nas DC; dentre outros que demandam a continuidade da presente reflexão.

Em nenhuma hipótese essa análise tem a pretensão de apresentar afirmações definitivas, pois pretende apenas um exercício de aproximação com a formação profissional a partir da análise de um projeto pedagógico. No entanto, considerando as pesquisas já produzidas sobre o tema, vale observar algumas similitudes, e consequentemente, desafios comuns que demandam a continuidade dos estudos.

Considerações finais

Os principais resultados indicam que há um número significativo de disciplinas no qual o estudo do objeto profissional é citado, entretanto, esse número diminui quando se trata de disciplinas que em seu título possuem o descritor “questão social”. No âmbito do curso de Serviço Social da UFSC, não foi encontrada nenhuma disciplina com o descritor “questão social” em seu título, apesar de constar de forma direta no ementário de (2) duas disciplinas obrigatórias do Curso, e, de forma indireta, em 12 (doze) disciplinas.

Depreendemos, diante dos resultados, que a presença de disciplinas que versam sobre a questão social nos currículos não necessariamente se traduz em um aprofundamento teórico-crítico do objeto em sua abordagem universal e particular, de forma transversal e comprometida com a perspectiva do atual projeto ético-político do Serviço Social. Esse fator incide diretamente no perfil de profissionais, que por sua vez, acabam incorporando em sua atuação resquícios da matriz conservadora que constitui a profissão.

Com base nas reflexões aqui apresentadas, torna-se evidente a importância de dar continuidade à pesquisa para contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, o que pressupõe tomar a questão social como elemento central e ordenador da formação em Serviço Social.

Referências

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, abril de 1996.
- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**, 1996.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 anos do “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.
- AMARAL, Ângela Santana do. Implementação das Diretrizes Curriculares em cursos de Serviço Social: os rumos e desafios da implementação profissional. **Temporalis**: Brasília (DF), ano 7, n.14, p. 13-30, jul.-dez. 2007.
- BATISTA, Alfredo Aparecido. O ensino do trabalho profissional nas regiões da ABEPSS - Região Sul I. **Temporalis**: Brasília (DF), ano 4, n.8, p. 105-108, 2004.
- BRAVO, Maria Inês de Souza; RAIZER, Eugenia Célia; LEMOS, Esther Luíza de Souza; ELPIDIO, Maria Helena. O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social. In. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; GRANERMANN, Sara; BEHRING, Elaine Rosetti; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, v.7, p. 15-47, 1996.
- CLOSS, Thaísa Teixeira; REIDEL, Tatiana; CORRÊA, Laís. Duarte. 25 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS: desafios para uma formação crítica e dialética no Serviço Social. In: PRATES, Jane Cruz; REIS, Carlos Nelson dos; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **Serviço Social, economia política e marxismo**. Manaus: Alexa/EdiUFAM, 2021.
- GHIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho e “Questão Social”: aportes teórico-conceituais no processo de formação em Serviço Social. In: **Diretrizes curriculares e formação em Serviço Social**. GHIRALDELLI, Reginaldo; ELIAS, Michelly (Orgd). São Paulo: Cortez Editora, 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs). São Paulo: Cortez, 2018. p.66-87.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC**, 2024.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17 ed., São Paulo: Cortez, 2015

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. MOTA, Ana Elizabete; et al. (orgs). 4ª ed, São Paulo: Cortez, 2009, p.141-151.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social. **Temporalis**: Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 44-62, jul./dez. 2021.

TAVARES, Maria Augusta. Questão social e Serviço Social em debate. **Temporalis**: Brasília (DF), ano 7, n.14, p. 89-118, jul.-dez. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Serviço Social**. Florianópolis, 2013.